

SEGURANÇA E DEFESA NA AMÉRICA DO SUL: O PAPEL DAS TICs E A PERCEPÇÃO DE AMEAÇAS

Ana Paula Ranzi

Curso de Relações Internacionais

Contato: anapaula.ranzi@gmail.com

Orientador: Prof. Dr. Carlos Arturi

NERINT – UFRGS

Bolsista PIBIC/CNPq

Objetivo: interpretar o porquê e de que maneira as novas TICs afetam a capacidade de cooperação regional em matéria de defesa e segurança dos países da América do Sul.

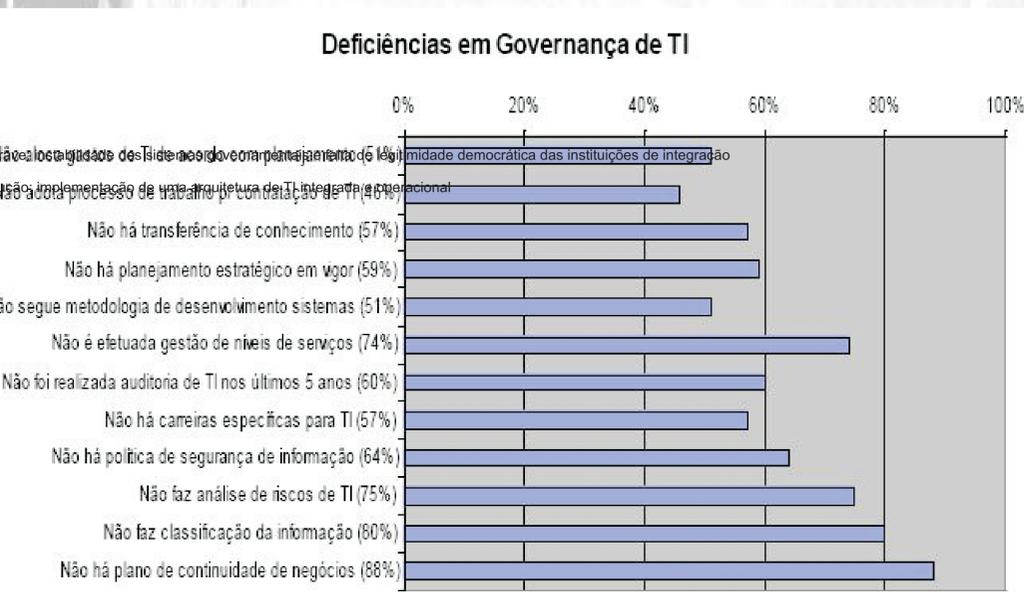
Hipótese: o impacto do uso de TICs é maior nas burocracias estatais mais diretamente ligadas à percepção de ameaça mais forte de cada Estado, dentre elas tráfico de drogas, crime organizado, violência civil e terrorismo.

Metodologia:

1. Análise de casos - Brasil, Equador, Argentina e Uruguai / MJ, MD, MRE e GSI
2. Revisão Bibliográfica
3. Entrevistas/Pesquisa de Campo
4. Consultas a sistemas de informação federais
5. Análise qualitativa de relatórios

O CASO BRASILEIRO

Visão Geral sobre o uso de TIC



Fonte: Cláudio Branco e Renato Braga, 2009

Pesquisa de Campo

Análise de TI das burocracias envolvidas em questões de segurança nacional

Entrevista Julho/2010:

- M. Justiça - Divisão de TI - Sr. Jorilson Rodrigues
- MRE - Divisão de Informática - Sr. Bruno A. Abreu
- Sociedade da Informação - Sr. Álvaro Guedes
- M. Defesa - Divisão de TI - Comandante Adriano Mota
- GSI - Grupo de TI - Coronel Macarino Freitas

Cooperação em matéria de segurança e defesa na América do Sul

Conclusões Preliminares

► BRASIL

MRE = maior desenvolvimento das TICs - estrutura e demandas do Itamaraty exigem uma maior articulação entre setores (postos no Brasil e no exterior). Além disso, tomada de decisões rápidas e segredos de Estados necessitam de um sistema ágil e seguro.

MJ = esforço de modernização e padronização da estrutura de TI em função da proximidade com as novas ameaças.

► AMÉRICA DO SUL : as ameaças não-tradicionais, em especial o narcotráfico, são um problema comum desses países. Por isso, é necessário criar um mecanismo multilateral calcado no uso de TI - garante um maior acesso a informação a todos e de todos os Estados-membros, permite que informações desencontradas sejam rapidamente corrigidas e que, assim, diminua o insulamento e a desconfiança.

► Novas ameaças = contrabando, violência civil, terrorismo e narcotráfico = maior relevância na América do Sul = ameaçam a estabilidade e a legitimidade dos Estados

► Preocupação Compartilhada = Mecanismo de Cooperação

► UNASUL = fórum multilateral mais completo já desenvolvido em questões de segurança para a América do Sul (Cons. de Defesa)

► Entrave = instabilidade dos sistemas governamentais e falta de legitimidade democrática das instituições de integração

Solução = implementação de sistema de TI integrado e operacional

Referências Bibliográficas

- BÁTORA, Jozef. Foreign Ministries and the Information Revolution: Going Virtual?. IDC Publishers: São Francisco, 2004.
- BRAGA, Renato; BRANCO, Cláudio C. Fiscalização de contratos na área de TI. IV Fórum Brasileiro de Controle Interno e Auditoria. Outubro de 2009.
- DINIZ, Eduardo H.; BARBOSA, Alexandre F.; JUNQUEIRA, Alvaro R. B.; PRADO, Otávio. O governo eletrônico no Brasil: perspectiva histórica a partir de um modelo estruturado de análise. Revista de Administração Pública: Rio de Janeiro, Jan/Fev 2008
- JANES. Brazil - Country Profile. Janes Information Group, 2009.
- LADNER, Roy; PETRY, Fred & McCREEDY, Frank. E-government capabilities for 21st century security and defense. International Journal of Electronic Government Research, v. 4, n. 1, 2008.
- MANTOVANI, Maria da Graça Hahn. Tribunal Sul Americano: uma concepção cibernética de integração. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.
- MARES, David R. Civil-military Relations: Building Democracy And Regional Security In Latin America, Southern Asia, And Central Europe. Latin American in Global Perspective Series. Boulder: Westview Press, 1999.
- PAGLIARI, Graciela de Conti. O Brasil e a Segurança na América do Sul. Curitiba: Juruá, 2009.
- RIBEIRO, C. A. Governo Eletrônico na reforma do Estado: inter-relações e Perspectivas. Revista Informática Pública, vol. 7, n. 1, pp. 71-84. 2005.
- UNITED NATIONS. e-Government Interoperability: Guide. Bangkok: UNDP, 2007.
- ZUGMAN, Fábio. Governo Eletrônico. Livro Pronto: São Paulo, 2006.